



## **Relatório de Correição Ordinária Turma Recursal**



**Diretoria de Gestão do 1º Grau - CGJ**  
Boa Vista, 25 de novembro de 2025

## COMPOSIÇÃO

**Desembargador Erick Cavalcanti Linhares Lima**  
**Corregedor-Geral de Justiça**

**Juiz de Direito Eduardo Alvares de Carvalho**  
**Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça**

## EQUIPE DE CORREIÇÃO

Adilson Oliveira das Neves  
Diretor de Gestão do Primeiro Grau

Gabriela Gomes Leal  
Chefe do Setor de Análise de  
Dados

Laura Tupinambá Cabral  
Chefe do Setor de Projetos

Luís Felipe Nobrega Coelho  
Assessor Jurídico

Inaê Meneses Barreto Ferreira  
Assessora Jurídica

Eunice Cristina de Araújo  
Assessora Jurídica

Giselle Queiroz  
Assessora Jurídica

Ítalo Honorato  
Assessor Jurídico

Flávio Dias de Souza Cruz Júnior  
Analista Judiciário

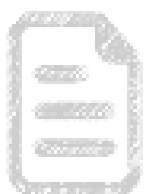
Tiago Mendonça Lobo  
Assessor Estatístico

Paola Xaud Figueiredo  
Assessora de Gabinete

Gabriel Marques da Silva  
Assistente Técnico

## APRESENTAÇÃO

No período entre 20 e 24 de outubro de 2025, a Corregedoria-Geral de Justiça atuou na Turma Recursal, para realização da Correição Ordinária, objeto da Portaria CGJ n.º 29, de 06 de março de 2025, registrada nos autos do processo SEI n.º 0021768-51.2025.8.23.8000.



SEI [0021768-51.2025.8.23.8000](#)



20 a 24 de outubro de 2025



Turma Recursal  
Palácio da Justiça

# ATIVIDADE CORRECIONAL



[Aponte a câmera do seu celular no QR Code ao lado ou clique em cima do texto para acesso ao Manual de Correção.](#)

# 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

**1.1 Procedimento Administrativo** SEI n.º 0021768-51.2025.8.23.8000.

**1.2 Magistrado Titular:** o Juiz de Direito Bruno Fernando Alves Costa, titular da 1ª Vara Cível, é **Presidente e 1º Membro Titular da Turma Recursal**, a contar de 14 de julho de 2025, conforme Portaria TJRR/TR n.º 6, de 15 de julho de 2025, publicada no DJe, edição n.º 7900, de 17 de julho de 2025.

**1.3 Composição da Turma Recursal:**

**2º Membro Titular:** Bruna Guimarães Bezerra Fialho, Juíza de Direito Titular do 3º Juizado Especial Cível.

**3º Membro Titular:** Daniela Schirato Collesi Minholi, Juíza de Direito Titular da Vara de Entorpecentes e Organizações Criminosas.

**1º Membro Suplente:** Cláudio Roberto Barbosa de Araújo, Juiz de Direito Titular do Juizado Especial da Fazenda Pública.

**2º Membro Suplente:** Antônio Augusto Martins Neto, Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Criminal.

**3º Membro Suplente:** Phillip Barbieux Sampaio Braga de Macedo, Juiz de Direito Titular da Comarca de Pacaraima.

**1.4 Diretora de Secretaria:** Wilciane Chaves de Souza.

**1.5 Quantitativo de servidores:** 7 servidores e 4 estagiários de nível superior.

**1.6 Quadro de servidores:** Conforme informado pela SUBGFT (ev. SEI 2530840)

Estrutura funcional da Turma Recursal (10/10/2025)						
N.º	Matrícula	Nome	Origem Requisitados	Cargo Efetivo	Cargo em Comissão	Função de Confiança
1	3010951	ALAIZA VALÉRIA PARACAT COSTA	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA/ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS	-	OFICIALA DE GABINETE DE JUIZ	-
2	3011364	EDUARDO ALMEIDA DE ANDRADE	-	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	-
3	3011296	KARINE AMORIM BEZERRA XAVIER *Teletrabalho SEI 0006529-22.2016.8.23.8000	-	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	-
4	3011264	WILCIANE CHAVES DE SOUZA	-	TÉCNICO JUDICIÁRIO	-	DIRETORA DE SECRETARIA
5	3011422	MARCOS ANTONIO DEMEZIO DOS SANTOS *Teletrabalho SEI 0022428-50.2022.8.23.8000	-	ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO	-	-
6	3011866	SALEM THOMAZ SALOMÃO	-	-	ASSESSOR TÉCNICO II	-
7	3012194	JÉSSICA ALMEIDA DIONISIO	-	-	ASSESSORA TÉCNICA II	-

## 2. OBJETIVO

Realização de correição ordinária para verificação de conformidade processual, nos termos da Portaria n.º 46, de 23 de agosto de 2021, da Corregedoria-Geral de Justiça. O resultado desta correição é composto pelos dados contidos no presente relatório, bem como determinações e recomendações.

## 3. INFORMAÇÕES RELEVANTES

A abertura dos trabalhos foi realizada por intermédio da Portaria CGJ n.º 29, de 06 de março de 2025, publicada no DJE do dia 07 de março de 2025, encaminhada à unidade pelo expediente SEI 0021768-51.2025.8.23.8000, o qual abriga a documentação referente à correição.

Ato contínuo, a Corregedoria-Geral de Justiça realizou a auditoria nos processos eletrônicos. Foram avaliados detidamente 153 (cento e cinquenta e três) processos, de metas, prioritários, paralisados, os quais foram considerados, para fins de apuração da situação da unidade, analisando os procedimentos do cartório e do gabinete, nos termos da Portaria CGJ n.º 46/21.

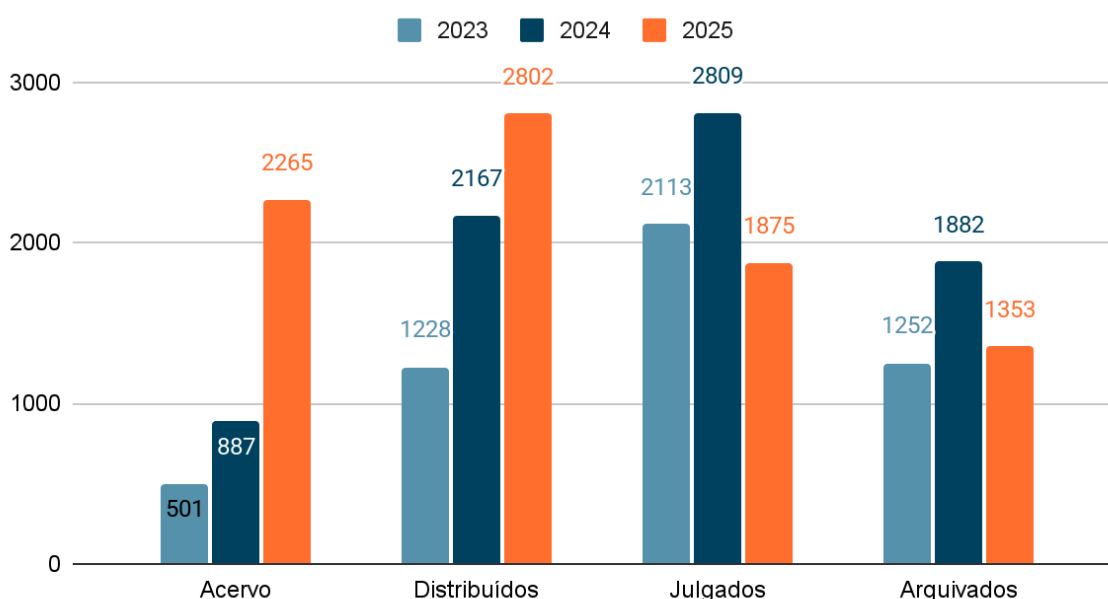
A correição não tem pretensão punitiva ou repressiva, mas sim o propósito de auxiliar na gestão da unidade judicial e organização do seu trabalho, de modo a oferecer a prestação do serviço público da forma mais eficiente.

De posse dessas informações, o magistrado e sua equipe de trabalho terão condições de analisar sua atuação sob o enfoque de sua produtividade ou do fluxo de processos e ainda gerenciar melhor seu gabinete, otimizando sua atuação institucional.

## 4. EVOLUÇÃO DA UNIDADE

### 4.1 Acervo, Distribuídos, Julgados e Arquivados

Evolução da unidade - Turma Recursal

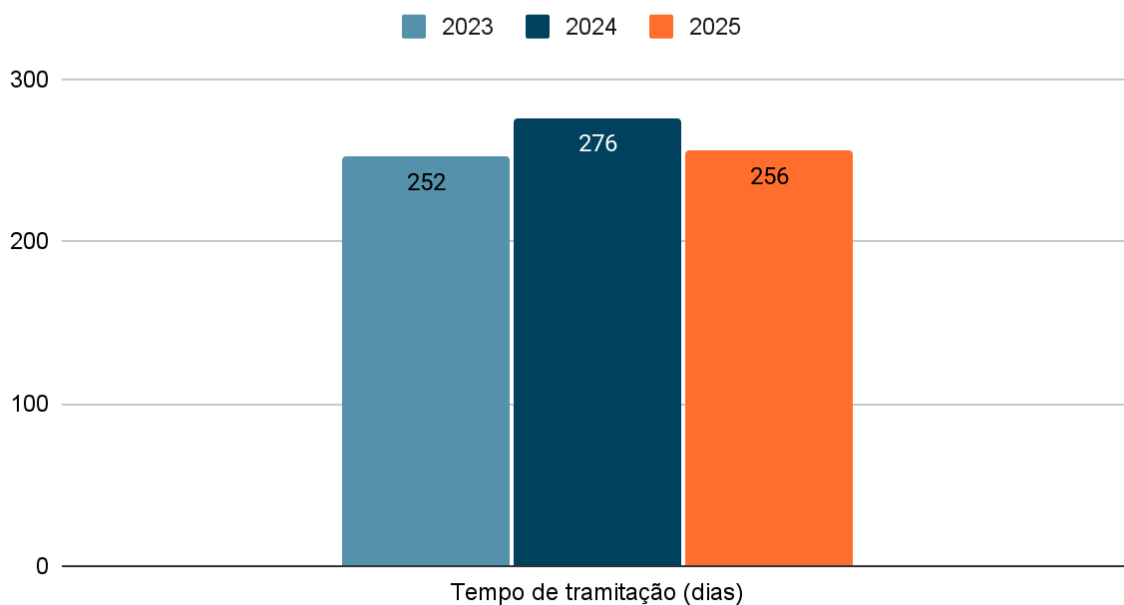


Dados Extraídos do Painel de Correição - Painel de Business Intelligence  
Atualização: 13/11/2025

\*Dados de 2025 considerados até 13 de novembro.

## 4.2 Tempo de tramitação

### Evolução do tempo de tramitação (em dias) - Turma Recursal



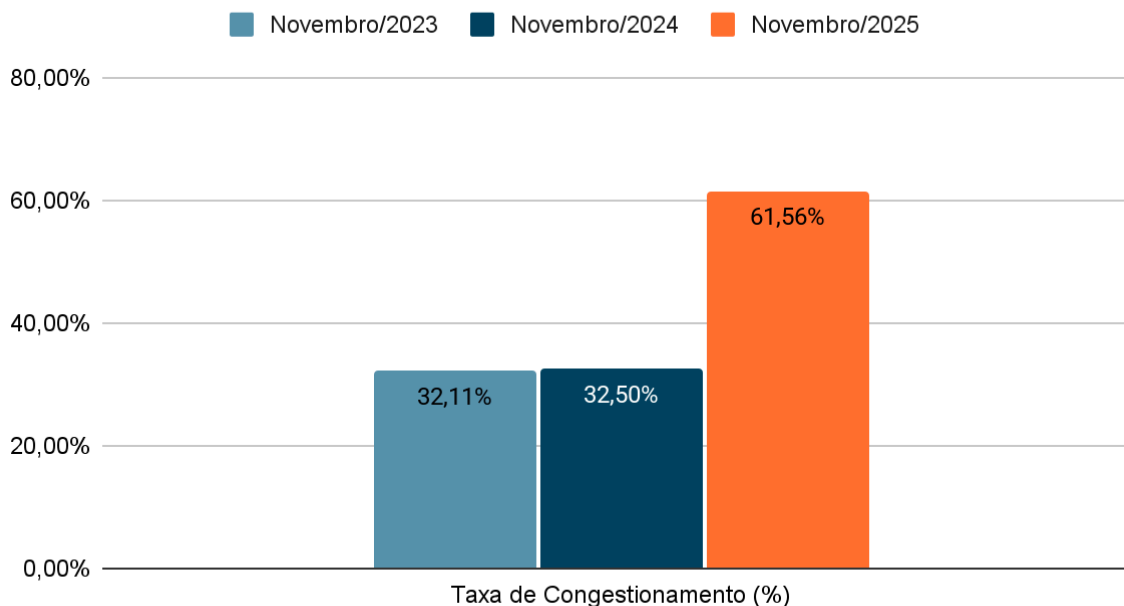
Dados Extraídos do Painel de Correição - Painel de Business Intelligence

Atualização: 13/11/2025

\*Dados de 2025 considerados até 13 de novembro.

## 4.3 Taxa de congestionamento

### Evolução da Taxa de Congestionamento (%) - Turma Recursal



Dados Extraídos do Painel de Correição - Painel de Business Intelligence

Atualização: 13/11/2025

\*Dados de 2025 considerados até 13 de novembro.

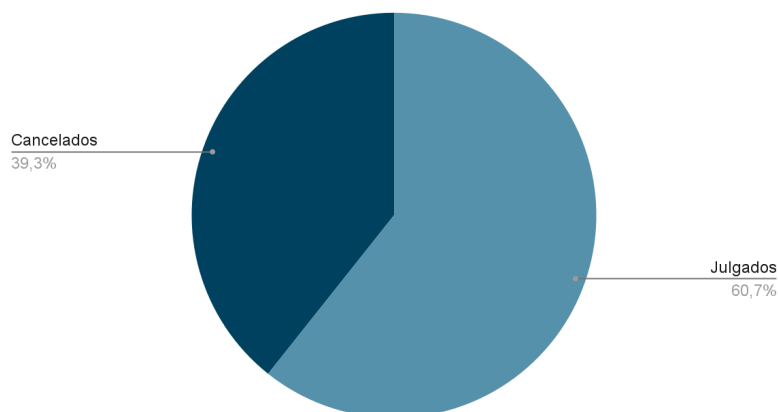
#### 4.4 Pauta de Julgamento

No ano de 2024 houve o seguinte quadro de recursos em pauta:

EM PAUTA*	TOTAL DE RECURSOS JULGADOS	TOTAL DE RECURSOS COM PAUTA CANCELADA	TOTAL DE RECURSOS PAUTADOS - ANO 2024
0	2174	1408	3582

\*Dado zerado em razão do ano encerrado, "em pauta" é a situação do recurso quando agendado para data futura.

Recursos pautados 2024



No ano de **2025**, até a data da correição, há o seguinte quadro:

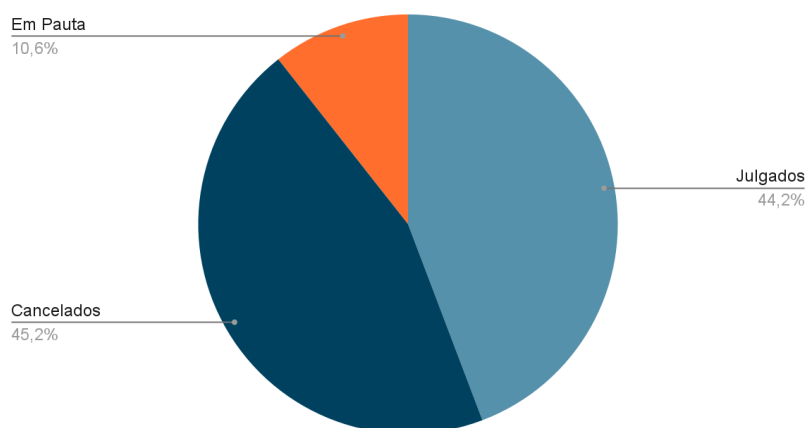
EM PAUTA (agendados até dezembro)	TOTAL DE RECURSOS JULGADOS	TOTAL DE RECURSOS COM PAUTA CANCELADA	TOTAL DE RECURSOS PAUTADOS - ANO 2025
376	1567	1600	3543

Dados Extraídos do PROJUDI na Pauta de Julgamento

Atualização: 13/11/2025 às 12h14

\*Dados de 2025 considerados até 13 de novembro.

Recursos pautados 2025



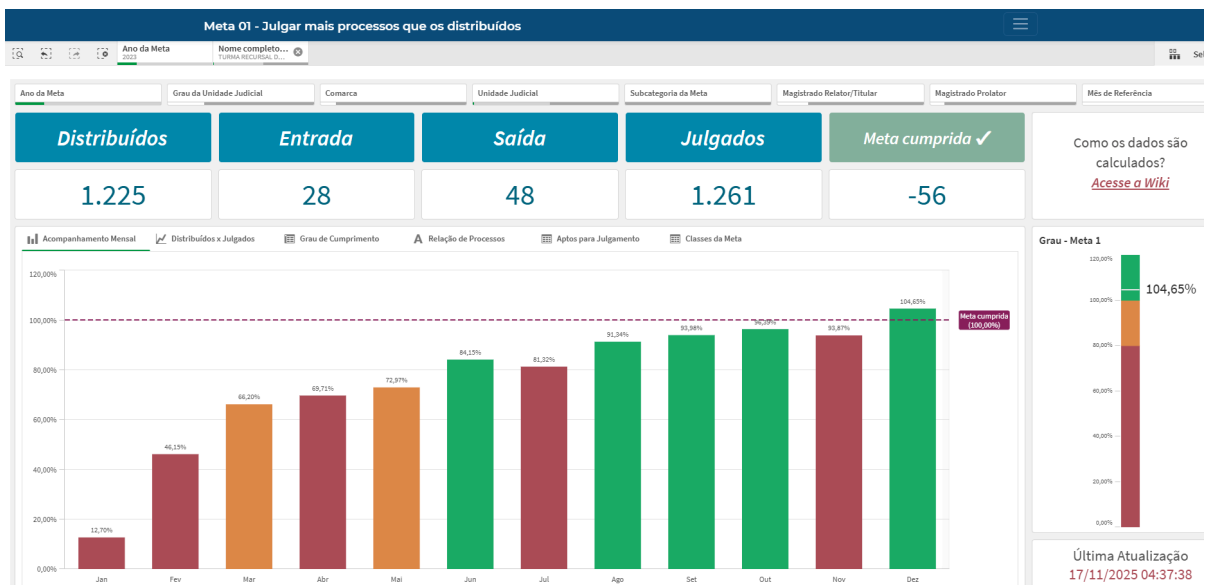
Dos dados acima, é possível chegar ao dado de **60,7%\*** de recursos julgados no ano de 2024, enquanto no ano corrente, até a data da correição, **44,2%\*** de recursos julgados, com taxa de cancelamento de pauta superior à de julgamento, chegando a **45,2%\***.

\*Fórmulas de cálculo:

total de recursos julgados/total de recursos em pauta \* 100.

total de recursos com pauta cancelada/total de recursos em pauta \* 100.

## 4.4 Metas Nacionais 2023



## 2024



## 2025



#### 4.5 Paralisados

A Corregedoria Nacional de Justiça expediu normativos que orientam as Corregedorias de Justiça quanto à adoção de medidas voltadas ao aperfeiçoamento do controle sobre o andamento processual para evitar excesso injustificado de prazos, como a Orientação n.º 1, de 30 de março de 2006. Há também previsões do Regimento Interno do CNJ, como a representação por excesso de prazo, que aponta inclusive a possibilidade de instauração de processo disciplinar nos casos de grave atraso ou de grande acúmulo de processos (art. 78, §§ 3º e 4º, RICNJ); e a Resolução CNJ n.º 106, de 06 de abril de 2010, que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais, estabeleceu, entre eles, a presteza no exercício das funções (art. 3º, III) e assentou como condição para essa promoção ou acesso a não retenção injustificada de autos além do prazo legal (art. 4º, III). Por fim, o Provimento n.º 193, de 15 de maio de 2025, do Conselho Nacional de Justiça, dispõe sobre a fixação do prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos como parâmetro para aferição de eventual morosidade do juízo, a ser observado em âmbito disciplinar e na atividade fiscalizatória das Corregedorias.

- **A unidade possui 51 Processos CONCLUSOS com mais de 120 dias**

[Link para lista](#)

Dados Extraídos do Painel de Correição - Painel de Business Intelligence  
Atualização: 17/11/2025 às 06h43.

#### 4.6 Correições anteriores

A unidade passou por correição ordinária no ano de 2022, resultando em uma conformidade geral de **96,77%**. Foi desenvolvido Plano de Ação Corretiva, registrado em [documento](#) assentado no SEI 0006931-93.2022.8.23.8000.

#### 4.7 Autoinspeções

Em 2025, a unidade realizou autoinspeção abrigada no procedimento SEI 0002235-09.2025.8.23.8000, em um acervo de 182 (cento e oitenta e dois) processos e juntou o seguinte comentário final:

*“Em relação às solicitações do relatório de Autoinspeção 2024, o Sei nº 0011775-52.2023.8.23.8000, ainda, não foi atendido, apesar do despacho 1935705 proferido no Sei nº 0001914-08.2024.8.23.8000, ele trata de pedido de gratificação por produtividade à servidora Wilciane Chaves de Souza, mat 3011264. A Turma Recursal está com a força de trabalho mais reduzida, hoje, temos 02 assessores jurídicos, para atender os seis magistrados membro deste Colegiado, e 03 estagiários de Direito, o que tem se mostrado insuficiente frente ao crescente fluxo de recursos distribuídos, comparando 2024 a 2023 praticamente dobrou. Ademais, este Colegiado não possui cargos próprios da unidade de assessoramento jurídico, estando sempre sujeita a paradas abruptas de produção, especificamente, quando há troca de Administração, pois os dois assessores que temos, sempre, são emprestados de outros setores do Tribunal; e, pensando em trazer melhorias à produtividade e qualidade do serviço prestado ao jurisdicionado, foi encaminhado à Presidência do TJRR o Sei nº 0004540-63.2025.8.23.8000, que apresenta pedido de criação de seis cargos de assessoramento jurídico próprios, para provimento em comissão, à semelhança dos órgãos julgadores singulares, cuja indicação para preenchimento dos cargos seja de competência do Presidente da Turma, e objetivo de prestar um serviço mais especializado em matérias de interesse dos Juizados Especiais de Roraima, bem como manter o fluxo excelente das atividades e consecução das metas CNJ, individuais e gerais deste E. Tribunal.”*

## 5. AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADES

As não conformidades estão relacionadas com processos com resultado insatisfatório, ou seja, que não atenderam a determinado requisito normativo ou de procedimentos internos. Simplificadamente, uma não conformidade é algo que não deveria acontecer, que saiu do planejado ou que não foi planejado. Nenhuma não conformidade pode ser considerada normal ou comum, ou, de tão frequente, ser confundida com uma conformidade. As avaliações de conformidade apresentadas neste item são compilações de informações originárias do formulário da unidade respondido, da visita técnica realizada, das informações adicionadas ao SEI de Correição e, especialmente, da inspeção de processos judiciais realizada pela Corregedoria.

GESTÃO DA UNIDADE	CONFORMIDADE
1) MAGISTRADO TITULAR EM ATIVIDADE. O magistrado titular está em atividade na unidade.	CONFORME
2) FORÇA DE TRABALHO E O MÍNIMO ESTABELECIDO. Segundo a tabela de Lotação Paradigma regulamentada (SEI n. 0002255-78.2017.8.23.8000, evento 0547679), o mínimo para a Turma Recursal seria de 4 (quatro) servidores. Cumpre informar que nova lotação encontra-se em estudo, tramitando no SEI 0010386-95.2024.8.23.8000, e aponta o quantitativo mínimo de 7 (sete) servidores Turma. Neste cenário, a unidade encontra-se com o quantitativo igual ao mínimo estabelecido com parâmetros atualizados.	CONFORME
3) SERVIDORES RESPONDENDO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. Não há servidor respondendo PAD.	CONFORME
4) NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO REGISTRADA POR MEMBRO DE EQUIPE. A unidade não informou necessidade de capacitação para os servidores. Registre-se que os servidores em teletrabalho devem participar da Oficina anual para servidores em teletrabalho, juntando certificado no respectivo SEI e que todos os servidores devem cumprir os cursos indicados no Plano de Desenvolvimento Individual do último ciclo de avaliação por competência.	CONFORME
5) INSTALAÇÃO PARA A FORÇA DE TRABALHO. Item em conformidade, segundo informado pela unidade no formulário de informação encaminhado pelo SEI de correição.	CONFORME
6) INSTALAÇÃO PARA O USUÁRIO. Informado que as instalações para atendimento são adequadas e satisfatórias.	CONFORME
7) EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS. Informado que os equipamentos disponíveis são suficientes para realização do trabalho da unidade.	CONFORME

GESTÃO DOS PROCESSOS	CONFORMIDADE
8) MÉTODO DE TRABALHO DA UNIDADE. A unidade não utiliza a metodologia de divisão de trabalho por dígito, conforme informado no formulário.	NÃO CONFORME
9) SERVIDORES POR DÍGITO E QUANTIDADE DE PROCESSOS. A metodologia utilizada é por tarefas, conforme indicado pela unidade em formulário, ressalte-se que não apresentou como são divididas as tarefas.	NÃO CONFORME
10) UTILIZAÇÃO DO RITO ESTABELECIDO PELO SIMPLIFICAR PARA A COMPETÊNCIA. A unidade informou seguir os ritos estabelecidos pelo Simplificar.	CONFORME
11) NÚMEROS DE PROCESSOS PARALISADOS SEM MOTIVO LEGAL E NÚMERO DE PROCESSO CONCLUSOS. Observar as conclusões com mais de 120 dias, conforme indicado neste relatório no item 4.5.	NÃO CONFORME

GESTÃO DOS RESULTADOS	CONFORMIDADE
<p>12) GRAU DE CUMPRIMENTO DAS METAS GAD APLICÁVEIS À UNIDADE. A unidade cumpriu as metas de <b>2024</b>. Meta 1: 100,05% Meta 2: 105,26% Meta 3: 36,75%</p> <p>Em <b>2025</b>, o presente cenário: <b>Meta 1: 54,93%</b> Meta 2: 104,61% Meta 3: 63,89%</p>	<p>NÃO CONFORME</p>
<p>13) DADOS ESTATÍSTICOS DE ENTREGA 2024 (JULGAMENTOS). No ano de <b>2024</b>, 2.809 recursos foram julgados pela Turma.</p> <p>Em <b>2025</b>, até 13 de novembro, foram 1875 julgados.</p>	<p>OBSERVAÇÃO</p>
<p>14) DADOS ESTATÍSTICOS DE ENTREGA 2024 (ARQUIVAMENTOS). No ano de <b>2024</b>, 1882 processos foram arquivados pela unidade.</p> <p>Em <b>2025</b>, até 13 de novembro, 1353 arquivamentos.</p>	<p>OBSERVAÇÃO</p>
<p>15) ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES REALIZADAS EM CORREIÇÕES ANTERIORES. A unidade elaborou, juntamente com a DG1G, plano de ação referente à última correição ordinária. Além disso, cumpre regularmente as autoinspeções e demais determinações da CGJ.</p>	<p>CONFORME</p>
<p>16) MANIFESTAÇÕES NA OUVIDORIA SOBRE A UNIDADE. Conforme informado pelo setor responsável na Ouvidoria, no ano de 2025, até a presente data, foram 8 manifestações na Ouvidoria e todas versavam sobre demora na tramitação dos autos (ev. SEI 2535967).</p>	<p>NÃO CONFORMIDADE</p>

Dados extraídos do Painel de Correição - Painel de Business Intelligence e Painel de Metas do TJRR.  
Atualização: 16/10/2025.

## 6. PROCESSOS JUDICIAIS INSPECIONADOS

Durante a inspeção de processos judiciais, realizada pela Corregedoria, foram inspecionados 153 (cento e cinquenta e três) processos aleatórios. Em cada um foram analisados 13 (treze) itens de conformidade e informações processuais.

Os achados referentes a cada processo serão juntados ao SEI de correição, em forma de tabela, demonstrando o número do processo e as observações de auditoria, gerando um Relatório de Inspeção Processual. Seguem detalhados na tabela abaixo os itens do checklist, utilizados para avaliar a conformidade de cada processo. O percentual estabelecido como conformidade é de 80%.

Item	Regularidade do Processo	Sim	Não	Não se aplica	% Conformidade
1	A suspensão está em situação regular?	20	0	133	100,00%
2	O processo foi sentenciado?	34	2	117	94,44%
3	Foi remetido em conformidade?	101	0	52	100,00%
4	Está sem necessidade de repetir diligência?	137	0	16	100,00%
5	Está sem pendência de análise de decurso de prazo?	140	0	13	100,00%
6	Está sem pendência de análise de juntada?	133	5	15	96,38%
7	Está sem pendência de lançamento no sistema?	112	8	33	93,33%
8	As determinações do Magistrado foram cumpridas?	134	0	19	100,00%
9	Está correta a confecção de expedientes?	143	0	10	100,00%
10	Está sem pendência nas cartas precatórias enviadas ou recebidas?	22	0	130	100,00%
11	Está sem pendência do Oficial de Justiça?	44	0	109	100,00%
12	Está sem paralisação no cartório há mais de 30 dias?	149	2	2	98,68%
13	Está sem conclusão há mais de 120 dias?	139	12	2	92,05%

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 7.1 DETERMINAÇÕES

**7.1.1** Implementar plano de ação específico para elevar o cumprimento da Meta 1 de 2025, que registra apenas 54,93%, assegurando a retomada do patamar de excelência verificado em 2024 (100,05%).

**7.1.2** Reduzir o número de processos conclusos há mais de 120 dias, que totalizam 51 processos, com acompanhamento mensal pela Diretoria de Gestão do 1º Grau.

**7.1.3** Estabelecer o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos autos destinados à prolação de despachos, bem como para inclusão em pauta de julgamento, devendo a unidade adotar as medidas organizacionais necessárias para assegurar o cumprimento desse prazo e evitar a formação de acervo represado.

### 7.2 RECOMENDAÇÕES

**7.2.1** Promover capacitação continuada da equipe em gestão de processos e ferramentas de produtividade, com ênfase no uso do Painel de Business Intelligence e no controle de prazos.

**7.2.2** Expedir uma recomendação conjunta da Corregedoria e da Coordenação dos Juizados Especiais para assegurar a distribuição regular de processos entre os Juízes suplentes da turma recursal (EVENTO 2580660).

**7.2.3** Instituir reuniões trimestrais de acompanhamento entre a Coordenação dos Juizados Especiais e a Corregedoria-Geral, para avaliação conjunta de metas, produtividade e implementação de melhorias.

**7.2.4** Utilizar os dados do Painel de Correição e Business Intelligence de forma proativa, com alertas automáticos para processos próximos de ultrapassar o prazo de 120 dias.

### 7.3 CONCLUSÃO

A Turma Recursal apresenta conformidade na estrutura física e na composição mínima de servidores, mas evidencia desafios significativos na gestão processual e no cumprimento de metas, especialmente na Meta 1 de 2025, que registra desempenho aquém do esperado (54,93%) em comparação com o ano anterior (100,05%).

A unidade também apresenta limitações de produtividade, que incluem a necessidade de uma participação mais efetiva dos juízes suplentes na distribuição de processos.

Recomenda-se, portanto, uma ação conjunta entre a Coordenação dos Juizados Especiais e a Corregedoria para resolver as não conformidades identificadas, com foco na otimização de rotinas, no fortalecimento da equipe e no monitoramento contínuo de resultados.

Boa Vista, 25 de novembro de 2025.

Desembargador Erick Linhares  
Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Roraima